


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS - 2ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**
**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **0002016-48.2018.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Pedido de Providências - Registro de Imóveis**  
 Requerente: **1º Cartório de Notas e de Protesto de Letras e Títulos da Comarca de São Carlos e outro**

Juiz de Direito: Dr. Marcelo Luiz Seixas Cabral

Vistos.

Trata-se de Pedido de Providências suscitado pelo Oficial do 1º Cartório de Notas e de Protesto de Letras e Títulos da Comarca de São Carlos que recusou registro de escritura de compra e venda de imóvel em razão de entender necessária a exigência da apresentação das certidões negativas federais de débitos tributários e previdenciários, previstas no artigo 47, I, b, da lei 8212/91.

**É o relatório.****Decido.**

Nos termos do disposto no art. 47, I, b, da Lei nº 8.212/91, a alienação ou oneração, a qualquer título, de bem imóvel ou direito a ele relativo deve ser obrigatoriamente acompanhada das certidões negativas de débitos e contribuições sociais e previdenciárias, conforme a "nota de devolução" de fl. 06.

Não obstante o posicionamento pessoal deste Magistrado, no sentido de que tais regras se encontram em pleno vigor e, portanto, deveriam incidir, deve prevalecer a atual orientação do Colendo CSM, lastreada em julgamentos sobre o tema proferidos pelo STF. *Verbis*:

A confirmação da exigência importaria, na situação em apreço, uma restrição indevida ao acesso de título à tábua registral, imposta como forma oblíqua, instrumentalizada para, ao arrepio e distante do devido processo legal, forçar o contribuinte ao pagamento de tributos. Ap. Nº 1000786-69.2017.8.26.0539, julgada em, 19 de dezembro de 2017.

Ante o exposto, **julgo improcedente a presente dúvida** para tornar insubsistente a exigência constante da "nota de devolução" de fl. 06, devendo ser lavrada a escritura mesmo sem a apresentação das referidas certidões.

**Oportunamente, arquivem-se os autos.**

PI e archive-se.

São Carlos, 01 de março de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**